

## Projetando empreendimentos econômicos solidários

Estevan Felipe Pizarro Muñoz<sup>1</sup>, Wilson Castello Branco Neto<sup>2</sup>, Luis Alejandro Lasso Gutierrez<sup>3</sup>

**Resumo:** *O presente artigo analisa a experiência de criação e desenvolvimento de uma cooperativa de agricultores familiares no município de Urupema, Santa Catarina, amparado nos pressupostos teóricos da ação coletiva, economia solidária e desenvolvimento territorial sustentável. Tendo como pano de fundo a inviabilidade dos agricultores familiares se inserirem isoladamente nos Complexos Agroindustriais contemporâneos característicos do modo de produção capitalista, o estudo aborda a possibilidade de se estruturar empreendimentos econômicos coletivos com perspectiva diversa ao modelo vigente. Por meio de um projeto de extensão fomentado pelo Campus Urupema do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina com o intuito de incubar essa experiência de maneira compartilhada com instituições públicas do território, o presente artigo analisa o perfil dos cooperados e os limites e desafios da COOPEMA. Embora o empreendimento tenha alcançado a formalização, há ainda um longo caminho a percorrer, sobretudo no que se refere ao empoderamento dos atores sociais envolvidos, tendo em vista a construção de uma cultura de reciprocidade e cooperação em meio à sua inserção em mercados de alimentos.*

**Palavras-chave:** *Economia Solidária, cooperativismo, agricultura familiar.*

**Área Temática:** *Trabalho, teorias e metodologias em extensão.*

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências da Administração, Mestre em Agroecossistemas. Professor da área de Administração Rural - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Curitibanos. Endereço para correspondência: Rodovia Ulisses Gaboardi - km 3, Bairro Industrial, Caixa Postal 101, Curitibanos - SC, CEP: 89.520-000. Fone: (48) 3721-2185. [estevan.munoz@ufsc.br](mailto:estevan.munoz@ufsc.br).

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências da Computação, Mestre em Engenharia de Produção e Doutor em Ciências da Computação. Professor da área de Informática - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), Campus Urupema. Endereço para correspondência: Estrada do Senadinho, s/n, Centro, Urupema - SC, CEP: 88.625-000. Fone: (49) 3236-3113. [wilson.castello@ifsc.edu.br](mailto:wilson.castello@ifsc.edu.br).

<sup>3</sup> Engenheiro Agrônomo, Mestre em Agroecossistemas e Doutor em Ciências Humanas. Professor da área de Desenvolvimento Rural - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Campus Curitibanos. Endereço para correspondência: Rodovia Ulisses Gaboardi - km 3, Bairro Industrial, Caixa Postal 101, Curitibanos - SC, CEP: 89.520-000. Fone: (48) 3721-4171. [alejandro.lasso@ufsc.br](mailto:alejandro.lasso@ufsc.br).

## **Designing solidarity economic enterprises**

**Abstract:** *This paper analyses the experience of creation and development of a family farmers cooperative in Urupema city, Santa Catarina state, supported by theoretical assumptions of collective actions, solidarity economy and sustainable territorial development. Having as background the inviability of family farmers to get inserted singly on contemporary Agroindustrial Complexes which are characteristic of capitalist production, the study search the possibility of structure a collective economic enterprise with a different perspective of the current model. Through an extension project promoted by Urupema Campus of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia of Santa Catarina, aiming incubate this experience in a shared way with another public institutions of that territory, this paper analyses the cooperatives profile and limits and challenges of COOPEMA. Although the enterprise reached the formalization, there's still a long way to go, specially about empowerment of the social actors, aiming to built a reciprocity and cooperation culture amid theirs insertion in the food market.*

**Key words:** *Solidarity Economy, cooperative, family farming.*

**Thematic Area:** *Work, theories and methodologies in extension.*

## **El diseño de solidaridad empresas económicas**

**Resumen:** *Este trabajo analiza la experiencia de la creacion y desarrollo de una cooperativa de campesinos de la municipalidad de Urupema, Santa Catarina, con el apoyo de los principios teóricos de la acción colectiva, economía solidaria y desarrollo territorial sostenible. Con el contexto de la inviabilidad de los campesinos integrarem isoladamente los Complejos Agroindustriales contemporáneos característicos del modo de produccion capitalista, el estudio analiza la posibilidad de se estructurar empresas econômicas coletivas con diversa perspectiva al modelo actual. Através de un proyecto de extensión fomentado por el Campus Urupema del Instituto Federal de Educacion, Ciência y Tecnologia de Santa Catarina con el objetivo de incubar esta experiencia de manera compartida con instituciones públicas del território, en este artículo se analiza el perfil de los miembros y los límites y desafios de la COOPEMA. Aunque el proyecto ha logrado la formalización, todavia hay un largo camino por recorrer, especialmente en relación con el empoderamiento de los actores sociales con miras a la construcción de una cultura de reciprocidad y cooperacion entre su inserción en mercados de alimentos.*

**Palabras clave:** *Economía Solidaria, cooperativismo, Agricultura Familiar.*

**Área Temática:** *Trabajo, teorías y metodologías en extensión.*

## Introdução

Com o surgimento da concepção de desenvolvimento rural sustentável, confere-se um novo olhar às funções socioeconômicas no campo, gerando novos mercados e a valorização de produtos locais que expressem preocupação com a saúde, com o meio ambiente e com proteção de valores culturais. A noção de multifuncionalidade do espaço rural abre caminho para a compreensão de novas dinâmicas e atividades rurais não agrícolas, para além da produção de alimentos, como turismo, pequenas indústrias, comércio e serviços, onde a pluriatividade do pequeno agricultor é manifesta pela participação dos membros de sua família em pelo menos uma atividade não agrícola sem prejuízo das atividades agrícolas (ABRAMOVAY, 2003; SCHNEIDER 2009).

Inserido nesse contexto, o presente estudo parte das constatações de Sabourin (2002, 2004, 2009); Ploeg (2008, 2009) e Porto-Gonçalves (2005) sobre as agriculturas familiares em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, que diante do avanço da dependência no modelo convencional de fazer agricultura, adotam ou revitalizam formas de resistência à lógica produtivista e mercantil do modo de produção capitalista. A partir disso, a pesquisa concentra-se na elucidação das dinâmicas de ação coletiva entre agricultores familiares no município de Urupema - SC.

Pela necessidade de organizar pessoas jurídicas em um município com baixo dinamismo econômico e que tem a agricultura como uma das principais atividades econômicas, agricultores motivados pela possibilidade de agregar valor à sua produção e possuir maior governança de sua cadeia produtiva, assessorados pelas instituições do entorno - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina e Prefeitura Municipal de Urupema, criaram a Cooperativa Agropecuária de Urupema - COOPEMA.

Para abordar esse processo de organização participativa, adotamos a perspectiva orientada ao ator (LONG, 2004; PLOEG, 2008), através da qual enfatizamos a relevância da interação local/territorial (VIEIRA, 2009) dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural. A análise se concentra na dinâmica social motivada por uma equipe articuladora composta por dois professores e duas bolsistas - representando o IFSC, um representante da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) - Urupema, um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e dois

representantes da diretoria da cooperativa de agricultores familiares em formação - COOPEMA.

Interessa-nos dilucidar até que ponto a experiência da COOPEMA, na perspectiva do potencial endógeno, representa um embrião de Desenvolvimento Territorial Sustentável capaz de fomentar transformações significativas dos modos de proporcionar o desenvolvimento rural no caso particular da serra catarinense. Para tanto, na continuação apresentamos as bases do debate teórico que, por um lado, aponta as singularidades do modo camponês e familiar da agricultura contemporânea, e por outro, sustenta a necessidade de avançar no sentido de modelos alternativos ao sistema capitalista vigente, tanto de gestão dos processos produtivos, quanto de comercialização na agricultura familiar, baseados na economia solidária e na reciprocidade. Em seguida, são apresentados os principais aspectos de análise da experiência organizativa da cooperativa, na perspectiva de revelar os fatores de desenvolvimento territorial e sua relação com a economia solidária.

## **O modo de produção capitalista e a pequena produção agropecuária**

A formatação da economia nos atuais moldes do capitalismo é fruto do longo processo histórico da sociedade humana em busca da satisfação das suas necessidades por meio dos recursos disponíveis. Através da realização do trabalho, de acordo com o nível das técnicas e tecnologias desenvolvidas, a humanidade foi capaz de se organizar de distintas formas até a chegada aos dias atuais.

Não há dúvidas dos enormes avanços alcançados na forma de realizar o trabalho a partir das transformações tecnológicas para a satisfação das necessidades e desejos humanos. Tais avanços revolucionaram a forma da humanidade se relacionar com a natureza, bem como a forma da humanidade se relacionar entre seus semelhantes.

Atualmente, vive-se no período que Hunt (2012), dentre outros autores, entendem como o Modo de Produção Capitalista, que se caracteriza como: 1) Produção de mercadorias orientada pelo mercado – cada produtor depende de que outros comprem sua mercadoria, bem como depende que outros produzam o que ele demanda; 2) Propriedade privada dos meios de produção – a sociedade dá a certas pessoas o direito de controlar as forças produtivas, excluindo assim outros da administração dos meios de produção; 3) Existência de classe trabalhadora destituída dos meios de produção – a produção está

concentrada nas mãos de alguns capitalistas; 4) Consumeirismo – um comportamento individualista, aquisitivo e maximizador.

Tal modo de produção predomina na maior parte do globo e estrutura à sua maneira o desenvolvimento das forças produtivas, a propriedade dos meios de produção, a divisão social do trabalho, as relações sociais de produção e as relações de distribuição.

Diante desse cenário, importa analisar o atual estado das coisas. Ou seja: está a sociedade mundial a viver bem no presente estágio de desenvolvimento das forças produtivas? Está o ecossistema a conviver bem com a humanidade? Há respeito pelas inúmeras formas de vida nos sistemas de produção e circulação de mercadorias?

A reflexão sobre o modo de produção capitalista contemporâneo enseja as diversas contradições presentes no sistema econômico mundial: lógica da acumulação infinita e privada do capital por meio do lucro, degradação ambiental diante das atividades produtivas, utilização da força de trabalho com a limitação de salários não proporcionais às taxas de lucro e a conseqüente geração da mais valia, expressivo contingente de trabalhadores à margem da formalidade, desigualdade no processo de distribuição da riqueza gerada, são alguns dos tantos aspectos negativos que caracterizam o atual sistema vigente.

Diante desse quadro, as principais conseqüências dessas contradições apresentam-se nas crescentes taxas de violência, desemprego, externalidades negativas dos impactos ambientais, concentração da riqueza, condições inadequadas de vida etc.

De acordo com Sen (2010):

“[...] vivemos igualmente em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias. Existem problemas novos convivendo com antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas, fome crônica muito disseminada, violação das liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social [...] superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento.” (pág.9).

Não se trata de omitir os inegáveis avanços já alcançados pela humanidade na sua forma de organização e desenvolvimento da

ciência, tecnologia e inovação. Trata-se, sim, de apontar os limites de esgotamento de um sistema econômico pautado unicamente pela racionalidade utilitarista, lógica produtivista, instrumental e acumulação infinita e privada de lucros a qualquer custo.

Esse esgotamento do sistema econômico capitalista apresenta-se nas mais diversas atividades humanas, tal como a agricultura, escopo do presente estudo. A agricultura, a atividade de produção econômica mais antiga da humanidade, enfrenta uma série crise quando se analisa para além da sua produtividade.

Mazoyer (2010) aponta um importante instrumento analítico para se compreender o fenômeno da agricultura no mundo com a definição de “sistemas agrários” que permite identificar a ocorrência de vários tipos de agricultura, cada qual com sua complexidade, transformações históricas e diferenciação geográfica. Ou seja, um sistema agrário é a classificação arbitrária de uma modalidade de fazer agricultura de acordo com os fatores apresentados.

No Brasil, por conta de sua formação econômica, a agricultura se desenvolveu de forma dual (RANGEL, 1981). De um lado, o modelo da grande propriedade (latifúndio), monocultura de commodities voltada para exportação, com alto impacto ambiental e com o subemprego dos trabalhadores do campo. De outro, a pequena produção, baseada no minifúndio, diversificada e com objetivo de autoconsumo, tendo a relação não capitalista como principal relação de trabalho, sobretudo a mão de obra familiar. Entre estes extremos, há um *continuum* de sistemas agrários que se organizam de acordo com as variáveis apontadas por Mazoyer (2010).

A partir dessa dualidade na agricultura brasileira, ela se moderniza. De 1850 a 1960, a indústria nacional se consolida com a formação de mercados nacionais para produtos agrícolas e para a força de trabalho, principalmente em função do desenvolvimento do setor agrícola cafeeiro, que permitiu a constituição de uma indústria de base, através da transferência financeira e da importação de bens de capital e insumos. Com a chegada da industrialização no país e a penetração do capitalismo no campo, a agricultura passa pelo processo que se convencionou denominar de Modernização Conservadora.

Essa modernização pode ser caracterizada, grosso modo, na transformação de três conjuntos de fatores: relações de trabalho, através da nova divisão do trabalho dentro da família na agricultura; mecanização da agricultura, acelerando a substituição da tração animal pela máquina mecânica operada pela força de trabalho humana;

internalização dos bens de capital, com a instalação da indústria de máquinas e equipamentos de produtos químicos, integrando definitivamente a agricultura à indústria.

A Modernização Conservadora, que modernizou as técnicas de produção e de gestão da agricultura, mas não realizou reformas de base na estrutura fundiária e nem possibilitou o acesso de milhões de pequenos agricultores a um sistema consistente de crédito rural, sistema educacional, pesquisa básica e aplicada e assistência técnica, foi possível graças à chamada Revolução Verde, pacotes tecnológicos - químico, genético e mecânico, originados para os confrontos bélicos e posteriormente adaptados à produção agrícola.

As consequências desse processo de modernização da agricultura se manifestaram no forte êxodo rural, em que cerca de 30 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1960 e 1980. Esse fenômeno acentuou a concentração da propriedade da terra, afetou as relações de produção no campo e estabeleceu uma “territorialização do capital”, pois o pacote mecânico acabou por expulsar a mão-de-obra, reduzindo o espaço dos arrendatários, parceiros, posseiros e outros pequenos produtores, transformando estes em uma massa crescente de força de trabalho agrícola assalariada.

Por outro lado, as cidades brasileiras cresceram de forma vertiginosa nesse período de forma bastante irregular e desordenada. Os contingentes de pequenos agricultores expulsos do campo engrossaram as fileiras de trabalhadores desqualificados e contribuíram para o inchaço das grandes cidades e suas favelas.

Estavam dadas as bases para a criação dos Complexos Agroindustriais (CAI's), através da elevação da produtividade, sobretudo dos produtos voltados à exportação, o que se convencionou chamar de Agronegócio, que de acordo com Alves (2007), possui como elemento chave a redução de custos da cadeia produtiva e está inserido no paradigma da produção enxuta e eficiente.

Esse fenômeno ocorrido no Brasil seguiu a mesma tendência mundial. Para Mazoyer (2010), essas profundas transformações ocasionadas pelo desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, apesar de terem na base de sua proposta o combate mundial à fome, acabaram por agravar ainda mais o problema com a questão da concorrência entre as agriculturas no mundo. Para Mazoyer (2010):

“a partir do fim do século XX, com a revolução dos transportes, todos os sistemas agrários existentes foram confrontando-se de modo progressivo em um mesmo

mercado, cada vez mais unificado, que revelou diariamente mais desigualdades de toda ordem herdadas pelos sistemas, com o desequilíbrio da produtividade e de retornos resultantes. Em seguida, no século XX, os ganhos de produtividade provenientes da segunda revolução agrícola (motorização, mecanização, fertilização mineral, seleção, especialização) foram tão grandes que levaram a uma redução muito importante dos preços reais (deduzindo a inflação) da maior parte dos gêneros agrícolas. [...] confrontados com essa dura concorrência, atingidos pela queda dos preços, os agricultores menos equipados e os menos produtivos viram sua renda desintegrar-se. Incapazes de investir e se desenvolver, foram condenados ao atraso e à conseqüente eliminação [...] alimentando a maré montante do êxodo agrícola, do desenvolvimento da pobreza rural e urbana” (pág. 47)

Tal constatação significa que o processo de globalização do modelo capitalista de produção insiste na introdução plena da agricultura na lógica industrial. Diante de tal aspecto, o debate teórico clássico na chamada Sociologia da Agricultura aconteceu, até os anos 90, entre duas correntes: o marxismo chayanoviano e a economia e sociologia política leninista (variante atual do marxismo ortodoxo). A primeira corrente afirmava que a agricultura familiar possuía mecanismos de resistência para manter sua natureza socioeconômica. Ao contrário, a segunda acreditava no desaparecimento da agricultura familiar com o desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1998; SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2005).

No entanto, ao contrário do que pensavam os leninistas sobre o fim do campesinato, este se manteve ao longo da história devido ao seu potencial de adaptação e resistência. Segundo Chayanov, a economia familiar não sobrevive apenas por meio do próprio empobrecimento, mas também se utiliza de algumas características da agricultura e da vida social rural que podem proporcionar vantagens a economias não capitalistas sobre as formas de produção capitalistas, ambas inseridas no contexto do capitalismo (ABRAMOVAY, 1992; SEVILLA-GUZMÁN, MOLINA, 2005).

Estudos contemporâneos sobre as agriculturas familiares em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, tais como os de Sabourin (2002a,

2004, 2009); Ploeg (2008, 2009) e Porto-Gonçalves (2005), entre outros, constatam que, quando confrontadas à dependência de mercados cada vez mais globalizados, as agriculturas familiares ou camponesas adotam ou revitalizam formas de resistência ou distanciamento da lógica produtivista e mercantil capitalista. Algumas características dessa condição são a luta pela autonomia, mediante a autogestão de recursos compartilhados e de iniciativas associativas e cooperativas que os leva a adotar modos de produção diversos aos do agronegócio.

Ao todo, as características da agricultura e da vida social rural que conferem vantagens aos camponeses são chamadas de Potencial Endógeno. Este possui duas dimensões, uma ecológica e outra socioeconômica. A dimensão ecológica é representada pela agricultura de baixas entradas, pela escala de produção, pela base energética e pelos agroecossistemas. Já a dimensão socioeconômica é representada pela força e organização social do trabalho, identidade local e territorial, autonomia, cooperação, solidariedade, reciprocidade e outras formas de ação social coletiva (PLOEG, 2008; SABOURIN, 2006, SEVILLA-GUZMÁN; MOLINA, 2000).

Assim, na perspectiva tanto de quebrar com a visão analítico reducionista da proposta clássica de desenvolvimento que focou exclusivamente a dimensão econômica, quanto de dar conta da complexidade das dinâmicas social, econômica e ambiental contemporâneas, surge a proposta do Desenvolvimento Territorial Sustentável. De acordo com Vieira (2009):

“(…) este conceito designa uma modalidade de política ambiental de corte simultaneamente preventivo e proativo, focalizando a relação sociedade-natureza de uma perspectiva sistêmica consequente. Sua aplicação exige uma dinâmica de experimentações comparativas e de longo fôlego com enfoques analíticos de corte transdisciplinar e com sistemas autenticamente descentralizados de planejamento e gestão (...) voltados para a arquitetura de um novo projeto de sociedade e inspirado no ideal de uma democracia realmente participativa. Neste sentido, contrasta nitidamente com um padrão que se caracteriza pela insistência em manter uma concepção reducionista da atividade econômica e uma concepção tecnocrática e burocratizada da natureza dos processos de tomada de decisão política.” (VIEIRA, 2009, p.63).

A proposta do Desenvolvimento Territorial Sustentável - DTS pode ser compreendida como a complexificação do enfoque de

ecodesenvolvimento de Ignacy Sachs (VIEIRA; CAZELLA, 2009). A abordagem territorial do desenvolvimento reforça a tendência que aponta no sentido da superação da tradição de políticas setoriais tendo em vista a concepção de ações territorializadas (CAZELLA, 2005). Neste enfoque, a construção do território é endógena, pois este é definido como resultado da apropriação e valorização do espaço pelos coletivos sociais locais, dotados de uma visão de futuro (TONNEAU; VIEIRA, 2006). Nele, a sociedade se expressa e o significado sociocultural incide sobre o sentido que as pessoas dão ao espaço geográfico e ao manejo que elas fazem do mesmo, gerando ou não pertencimento e determinando como e quem tem acesso aos recursos; definindo regras e normas de apropriação dos espaços para o ordenamento efetivo de um território determinado.

A partir disso, este artigo concentra-se na elucidação das dinâmicas de ação coletiva de agricultores familiares, entendidas como eixo estruturador de processos de organização, que ao todo representam estratégias alternativas de desenvolvimento local.

Os elementos centrais desse fenômeno exigem uma abordagem diferenciada, portanto adotamos a perspectiva orientada ao ator (LONG, 2004; PLOEG, 2008) enfatizando a relevância da interação local/territorial dos atores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento rural. Desta forma, o conceito de atuação adquire importância central como produto de relações sociais, onde os atores sociais são participantes ativos na construção do seu desenvolvimento rural.

## **Economia Solidária e Agricultura Familiar, articulando o potencial endógeno**

Com a necessidade da organização dos agricultores familiares como condição *sine qua non* de sobrevivência nos sistemas agroalimentares vinculados ao modelo dos Complexos Agroindustriais, surge a possibilidade de se organizar empreendimentos com outros níveis de compreensão, como a Economia Solidária, que se alicerça em princípios como cooperação, democracia e autogestão.

Desenvolver a organização e a gestão sob os preceitos da Economia Solidária significa romper com a Ditadura do Capital presente na grande maioria dos empreendimentos com fins econômicos. De acordo com Singer (2003, pág. 14), a ditadura do capital na empresa faz com que:

“a) qualquer trabalhador deva obediência irrestrita às ordens emanadas do dono ou de quem age em seu nome; b) todo fruto do trabalho coletivo seja propriedade do capitalista, em cujo benefícios todos os esforços devem ser envidados; c) o trabalhador só faça jus ao salário previsto contratualmente e aos seus direitos legais.”

Nesse aspecto, as principais contradições dentro do universo empresarial no que se refere às pessoas que compõem uma empresa são: a exacerbação da lógica calculista nas relações de trabalho, a pressão psicológica pelo alcance de metas de produtividade, a perda de qualidade de vida proveniente do stress de “crescer dentro da empresa” com o aumento das taxas de depressão, a perda do sentido do trabalho e a conseqüente alienação dos trabalhadores.

Esse formato de funcionamento empresarial tem sua origem a partir da Revolução Industrial, quando houve a ruptura com o modo simples de produção de mercadorias e foi exacerbado com a ideologia do Capitalismo Neoliberal. De acordo com Vitcel et. al (2010):

“[...] a partir da década de 1990 do século 20 [...] o desemprego, o acirramento da concorrência internacional, a redução de barreiras comerciais passaram a ser problemas enfrentados concomitantemente com a emergência de um contexto de reestruturação produtiva, caracterizado pela maior flexibilidade da produção e dos regulamentos e práticas do mercado de trabalho, bem como pela combinação da automação microeletrônica e novas relações de trabalho” (pág. 10).

Até os anos 1970, boa parte das economias desenvolvidas apresentava um mercado de trabalho bem estruturado, razoável distribuição de renda, baixo nível de desemprego e de inflação. A estabilidade foi rompida pelo esgotamento desse padrão de crescimento e marcada pela internacionalização e interpenetração dos mercados e, em decorrência desses dois fatores, uma instabilidade crescente nas formas e no modo de produção.

As empresas ameaçadas passam a aumentar a concorrência entre si e, como estratégias, introduzem diversas inovações, tanto no que se referem à base técnica (novas tecnologias de produção) quanto às filosofias e estilos gerenciais, estruturas e formas de gestão, métodos e procedimentos organizacionais e novas formas de organização do trabalho, característicos deste período de instabilidade e crise.

Essas inovações decorrentes dos novos paradigmas organizacionais, dos conceitos de globalização, reestruturação industrial/produtiva, massificação de empreendimentos, megafusões corporativas e volatilidade do capital de investimento acabaram por colocar no ocaso as organizações administradas coletivamente.

Nos últimos anos, o esgotamento do modelo capitalista tradicional de produção e as frequentes crises enfrentadas pelos modelos neoliberais de economia trouxeram o cooperativismo e a autogestão de volta ao cenário organizacional de empresas e entidades.

Nesse sentido de buscas de alternativas ao sistema vigente, ganham cada vez mais força os resultados de diversas práticas desenvolvidas que se inserem no chamado guarda-chuva conceitual da Economia Solidária.

Para Singer (2003):

“A economia solidária é o projeto que, em inúmeros países há dois séculos, trabalhadores vem ensaiando na prática e pensadores socialistas vem estudando, sistematizando e propagando. Os resultados históricos deste projeto em construção podem ser sintetizados do seguinte modo: 1. Homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida, mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. Pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 3. Assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. Pequenos produtores e assalariados se associam para reunir poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. Os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação etc.” (pág. 14)

Um marco importante na definição do que pretende ser a economia solidária foi a I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes) que, segundo Sen (2010 apud VITCEL):

“A Economia Solidária se caracteriza por concepções e práticas fundamentadas em relações de colaboração

solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés de acumulação privada de capital. Esta prática de produção, comercialização, finanças e de consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futura, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.” (pág. 55)

Sendo uma das propostas inovadoras de sobrevivência, a autogestão surge como uma alternativa concreta de manutenção e criação de novos postos de trabalho e garantia de renda, de modo condigno e democrático. Para além das oportunidades no campo econômico, as experiências autogestionárias representam uma alternativa social à marginalização e à exclusão.

Desta forma, estas experiências propiciam a criação de redes de solidariedade, a formação de uma cultura produtivista solidária, a aprendizagem e a inovação organizacional, a qualificação dos trabalhadores; oferecendo, enfim, uma proposta concreta de gestão alternativa e de novas formas de organização do trabalho e de relações de trabalho participativas e amplamente democráticas (GUIMARÃES, 2002).

No entanto, a proposta de autogestão por estar assentada em princípios socialistas de organização, convivendo em um sistema capitalista pautado por relações econômicas e sociais centradas no mercado – leia-se acumulação infinita de lucros, competitividade, concorrência – depara-se com inúmeros entraves ao seu pleno funcionamento.

Talvez o maior entrave para o desenvolvimento de empreendimentos autogestionários seja uma falta de cultura dos próprios trabalhadores. Segundo Tiriba (2002), os trabalhadores se veem hoje diante de três diferentes perspectivas de educação:

“A primeira, que está sendo muito divulgada pelo discurso oficial, chama-se “educação para a empregabilidade”, ou seja, a educação para que o trabalhador consiga transformar sua força de trabalho em mercadoria. Embora se constate que a crise do emprego é estrutural, a proposta de “educação para a empregabilidade” está aí, a todo vapor, representando e reproduzindo o discurso do capital. A segunda, a qual eu estou chamando de “educação para a gestão do próprio negócio” ou “educação para o empreendedorismo”, tem como perspectiva que os trabalhadores tornem-se pequenos empreendedores, pequenos empresários. O terceiro tipo de educação é o que eu estou denominando “pedagogia da produção associada”, a qual, acredito ser o tipo de educação que nos encaminha para o exercício e para o horizonte da autogestão” (TIRIBA, 2002).

A eventual construção de uma sociedade autogestionária passa inquestionavelmente pela questão da educação politécnica e polivalente, pela aprendizagem não-autoritária. Por aprendizagem não-autoritária entende-se aquela que impede a internalização dos mecanismos de submissão e conformidade. A aprendizagem para uma nova sociedade precisa centrar-se na erradicação da angústia, do medo, da culpa e da dependência. (MOTTA, 2003).

Além da educação não-autoritária, há um novo componente que pode ser ressignificado para que os empreendimentos da economia solidária tenham êxito em suas atividades: trata-se do empreendedorismo. Inicialmente, este conceito está bastante atrelado à lógica utilitarista e individualista proposto pelo modo de produção capitalista. Entretanto, não há como imaginar empreendimentos bem sucedidos, sem o efetivo envolvimento profissionalizado dos seus integrantes.

Empreendedorismo se origina do latim “impredere” que significa “decidir realizar tarefa difícil e trabalhosa” ou “colocar em execução” (MAXIMIANO, 2006). Construir alternativas aos modelos vigentes por meio de cooperativas, por si só constitui uma atividade empreendedora.

Além disso, o empreendedorismo desenvolve características essenciais de comportamento dos atores sociais para o bom andamento de empreendimentos econômicos, tais como a capacidade de assumir riscos calculados, a habilidade para identificar oportunidades, a liderança para influenciar pares, a utilização de ferramentas de gestão

do tempo e resultados, visão sistêmica, disponibilidade em aprender de forma contínua, ser organizado, criativo, comprometido e inovador, são as principais características desenvolvidas.

Não se trata de apenas reproduzir tais conceitos de maneira descontextualizada, mas adaptar seus benefícios de acordo com os pressupostos da ação coletiva para os empreendimentos econômicos solidários. Estes são alguns dos pilares que devem sustentar uma cultura voltada para a formação e sustentação de empreendimentos autogestionários.

A realidade da agricultura familiar no Brasil vem demonstrando capacidade técnica e gerencial dos pequenos agricultores em estarem administrando unidades de produção, inclusive baseados nessas formas alternativas de gestão, como uma estratégia de se inserirem de forma viável e com uma lógica diversa ao modelo hegemônico do modo de produção capitalista.

## **O caso da COOPEMA**

O município de Urupema localiza-se na serra catarinense, a 198 km da capital Florianópolis e a 52 km de Lages, polo regional. É conhecida por ser uma das cidades mais frias do Brasil. Possui cinco comunidades rurais: Cedro, Cedrinho, Bossoroca, Marmeleiro e Rio dos Touros. Sua superfície é de 278,7 km<sup>2</sup> e a densidade demográfica é de 12,6 hab./km<sup>2</sup>. Segundo dados do IBGE (2010), o município classifica-se como pequeno porte com 2.482 habitantes, sendo que 1.232 pessoas vivem na área urbana e 1.250 na área rural.

O setor agropecuário possui uma relativa importância na economia da região serrana de Santa Catarina, aproximadamente 30% do PIB regional referem-se às atividades primárias. Dentre os produtos que mais se destacam estão a fruticultura, vime, reflorestamento, gado de corte e produtos de origem animal como o leite, mel, lã e ovos (MDA, 2006).

Embora as atividades agropecuárias tenham uma elevada representatividade econômica na região, existem alguns entraves que dificultam esse processo, tais como: baixa agregação de valor à matéria-prima; dificuldade de acesso ao mercado consumidor; pouca tradição em trabalhos associativos; dificuldade de incorporação de novas técnicas de produção e transformação agroindustrial; baixo nível educacional da população em geral e, sobretudo, a rural; falta de práticas gerenciais profissionalizadas; baixo acesso ao crédito rural.

Um dos principais limites apontados pelos agricultores da região serrana de Santa Catarina refere-se à falta de agregação de valor de seus produtos e o tradicional repasse da produção agropecuária para atravessadores diante de remuneração incompatível. Este quadro que se reproduz praticamente em todos os setores da agricultura familiar do país, refere-se diretamente à falta de organização dos produtores com o intuito de possuir maior governança da cadeia agroindustrial sobre a qual estão inseridos e a inviabilidade que é inserir-se nos sistemas agroalimentares de forma isolada, conforme discutido anteriormente. O caso do setor da maçã, carro chefe da produção regional, é emblemático.

Nesse contexto, a organização dos produtores familiares por meio de associações e cooperativas em torno de seus produtos torna-se imperativa. A presente seção trata de apresentar a experiência desenvolvida por meio de um projeto de extensão fomentado e financiado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC) - Campus Urupema e intitulado “Incubação de empreendimento coletivo: Coopema”, com a perspectiva da criação e o desenvolvimento de um empreendimento coletivo de agricultores e pecuaristas do município de Urupema.

## **O processo de incubação do empreendimento coletivo**

Quando se cria um novo empreendimento, é preciso estruturar inúmeros aspectos, tais como: físicos, organizacionais, culturais, dentre outros. E tais estruturas não são simples, ademais quando se trata de um empreendimento com caráter coletivo composto por mais de 50 pessoas.

O interesse (e a necessidade) de se criar pessoas jurídicas no município de Urupema é notório, mas são muitos os empecilhos que dificultam o sucesso das empreitadas. Dois dos principais aspectos referem-se à falta de cultura empreendedora na região e a dificuldade em se estabelecer ações associativas. Segundo relatos de técnicos do município, bem como outros moradores, não foram poucas as tentativas de criação de uma cooperativa no município. Tal fato gera certa incredulidade diante de novas tentativas.

Dado que houve a iniciativa de um grupo de agricultores e pecuaristas em criar um empreendimento cooperativo, bem como uma sinalização positiva por parte da Epagri - Urupema e Secretaria de Agricultura Municipal de Urupema em disponibilizar um espaço para

essas atividades iniciais, a equipe do IFSC teve como objetivo “somar forças” e prestar uma assessoria técnica nesse processo.

Inicialmente foi criada uma estrutura de referência para os interessados no empreendimento por meio da inserção de bolsistas do IFSC - Campus Urupema em espaço cedido no escritório municipal da Epagri, localizada conjuntamente com a Secretaria Municipal de Agricultura. Os bolsistas tinham como responsabilidade a realização de inúmeras tarefas de cunho administrativo, tais como: contato com associados para levantamento de documentação pendente; organização das documentações físicas e digitais; pesquisa de preços de itens de escritório; correção do Estatuto Social; ponte entre direção, cooperados e entidades parceiras.

Vale destacar que esse processo foi assessorado pelos professores participantes do projeto por meio de visitas à COOPEMA e em reuniões realizadas no IFSC - Campus Urupema, buscando a prestação de orientação técnica e gerencial da iniciativa de empreendimento cooperativo.

Concomitantemente ao processo de concepção, incubação e apoio administrativo, foi desenvolvida por parte da equipe de execução do projeto a criação de identidade visual e sítio eletrônico para permitir que a COOPEMA representasse uma referência aos seus participantes e partes interessadas. Importante comentar que ambas as bolsistas, no momento da execução da fase I do projeto, eram alunas do curso de Formação Inicial e Continuada de Desenvolvimento de Sites oferecido pelo IFSC - Campus Urupema, representando a articulação entre o Ensino e a Extensão.

O primeiro passo nesse sentido foi a definição da identidade visual da cooperativa. Diante disso, foram realizadas reuniões com a direção da COOPEMA e representantes das entidades parceiras com o objetivo de levantamento de expectativas dos mesmos com relação ao logotipo que representasse a identidade dos cooperados.

A metodologia adotada foi a reunião de alguns representantes que discutiram as possibilidades e analisaram as alternativas, que foram enviadas a um profissional do *design* gráfico que, por sua vez, entregou a proposta representada pela figura 1 aprovada pelos participantes da cooperativa como uma primeira representação do logotipo da COOPEMA.

A marca representa a maçã, o gado e lavouras de produtos agropecuários que serão produzidos e comercializados pelos cooperados. Além disso, vale destacar que o “O” em amarelo contém

o símbolo do cooperativismo estilizado com duas araucárias, representando a região serrana de Santa Catarina.

Com a identidade visual definida, foi possível criar o sítio eletrônico, que foi registrado no domínio [www.coopemasc.com.br](http://www.coopemasc.com.br) e ficou disponível na rede mundial de computadores por um ano com recursos do projeto.

Uma terceira meta executada na fase II deste projeto foi a elaboração de materiais de publicidade da COOPEMA. Foram confeccionados dois banners, 2000 folders e 2000 cartões de visita para estimular o processo de divulgação da cooperativa.

## Perfil da COOPEMA

A análise desta experiência cooperativa avança na perspectiva de apontar as singularidades do potencial endógeno contido no coletivo de agricultores familiares e instituições parceiras. Assim, para a sua realização foram utilizados dados coletados *in loco* por meio de entrevistas e questionários com os cooperados, realizadas pela equipe de trabalho do IFSC - Campus Urupema. Foram aplicados 47 questionários<sup>4</sup>, dos quais 43 foram validados. Considerando que há 55



Figura 1: Logo desenvolvido para a COOPEMA  
Fonte: Elaboração com recursos do projeto, 2012.

<sup>4</sup> A totalidade do universo de pesquisa não foi alcançada por dificuldades de comunicação, acesso ou mesmo a desconfiança por parte dos agricultores para/com a utilização dos resultados da coleta de dados.

cooperados registrados na Ata de Fundação, há uma representação de 78,13% do universo total de pesquisa. A seguir serão apresentados e discutidos os principais dados coletados.

Na Ata de Fundação da COOPEMA foram registrados 55 agricultores cooperados, sendo que apenas uma é mulher. Destaca-se a questão de gênero como um dos primeiros grandes desafios a serem enfrentados, incentivando o papel da mulher e/ou superando a resistência masculina em aceitar o envolvimento das mulheres nas questões econômicas.

A idade média dos cooperados é de 46 anos de idade, o que representa a vontade de jovens e adultos de meia idade em organizarem uma alternativa mais interessante e viável para a produção agropecuária.

O grau da escolaridade dos cooperados representa o grande desafio da alfabetização, qualificação e profissionalização: 54% dos entrevistados não possuem o ensino médio completo, 24% possuem ensino médio completo e 18,91% possuem ensino superior. No entanto, no Conselho de Administração, os cooperados com ensino superior não podem se envolver, pois possuem outras ocupações, o que deixa a gestão do empreendimento bastante frágil.

O grau de escolaridade reflete na baixa utilização de computador no processo de gestão da propriedade rural, apenas 35% dos cooperados utilizam, embora 73% deles tenham computador e acesso à internet.

No que se refere à fonte de renda, mais de 70% dos cooperados possuem na agricultura a sua principal fonte, tendo 18% dos cooperados as aposentadorias como fontes complementares. A ajuda de parentes e amigos e os programas de transferência social de renda são as outras fontes citadas. Tal dado representa a importância da COOPEMA na vida dos cooperados.

Sobre o perfil de produção, a tabela 1 representa a síntese das principais culturas produzidas e o gráfico 1 o destino da comercialização:

A produção dos cooperados representa a diversidade de alimentos produzidos pela agricultura familiar regional: maçã, batata, gado, moranga, milho e feijão são os principais alimentos produzidos. A comercialização é majoritariamente realizada via intermediários, representando um dos maiores problemas e entraves de remuneração para os agricultores familiares. No que se refere ao processamento de alimentos, apenas 1 entrevistado declarou que realiza algum processo de transformação dos alimentos com fins mercantis, o que representa o longo caminho a ser percorrido com vistas à agregação de valor.

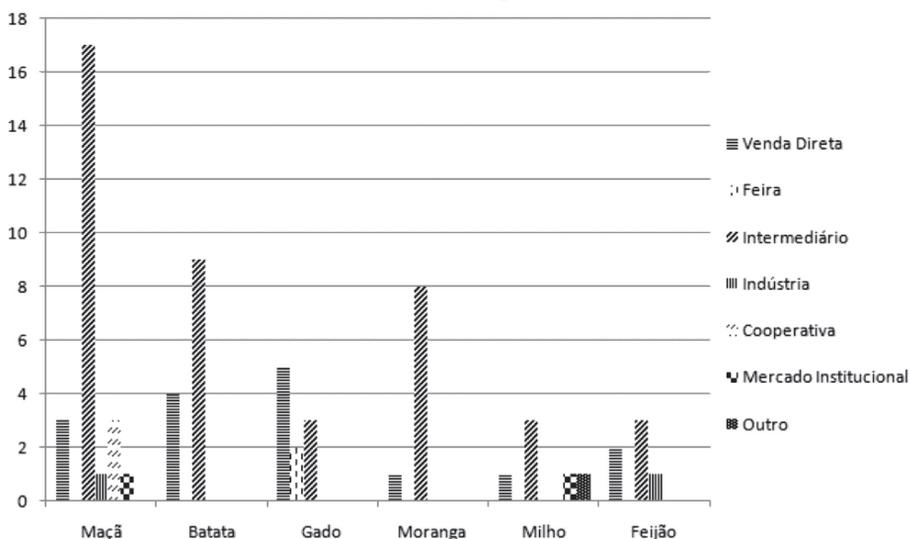
Tabela 1: Síntese das principais culturas produzidas pelos cooperados da COOPEMA

Cultura	Produtores	Área (ha)	Volume (t)
Maçã	25	57,9	4072
Batata	12	19	3267
Gado	11	319	8304*
Milho	10	5,3	44
Feijão	6	20	3607,5
Moranga	10	42	291

\* Cabeças de gado

Fonte: Dados primários, 2013.

Gráfico 1: Destino da comercialização dos cooperados da COOPEMA



Fonte: Dados primários, 2013.

Qualificar o processo de produção, oportunizar melhores condições de comercialização e estruturar o processamento de alimentos são desafios centrais para a COOPEMA.

Por fim, indagamos sobre a expectativa dos cooperados da COOPEMA para com o sucesso da empreitada, a maneira de indicador do nível de importância atribuída ao processo organizativo por parte

de seus protagonistas. Os dados coletados apontaram que 78% dos entrevistados possuem uma expectativa muito grande em relação ao sucesso da COOPEMA. Significa que há motivação e esperança nos bons resultados do empreendimento, embora esse resultado não represente a prática presenciada pela equipe de projeto diante da baixa participação na execução das primeiras atividades.

## **Limites e desafios da COOPEMA**

A articulação dos agricultores familiares junto com as entidades parceiras atingiu o principal objetivo proposto nessa primeira etapa, que era a formalização da pessoa jurídica da COOPEMA na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina; todo o trâmite iniciou e foi desenvolvido pela equipe de trabalho.

Entretanto, esse passo fundamental de formalização da pessoa jurídica gera outras demandas para a consolidação e a viabilidade da COOPEMA. Nesse sentido, foram realizadas inúmeras reuniões técnicas com a direção da cooperativa no sentido de sensibilizar os mesmos sobre seu papel e a importância de atuarem como agentes propulsores do processo, porém não são poucos os obstáculos que existem nesse trajeto.

Entre as principais dificuldades encontradas, destacam-se: falta de cultura empreendedora por parte dos cooperados e um hábito de esperar que as coisas cheguem prontas, sem muito trabalho; falta de uma dinâmica própria da cooperativa; grande dependência das entidades parceiras (Prefeitura, Epagri e IFSC); pouca participação das mulheres; falta de comprometimento por parte de alguns cooperados e o sobrecarregamento da diretoria; falta de escolaridade dos membros da diretoria; falta de disponibilidade de tempo da diretoria; falta de conhecimentos em gestão.

A região de Urupema se caracteriza por poucas empresas instaladas. Isso significa que a oferta de emprego é baixa e a ocorrência de trabalhos esporádicos é uma realidade regional. Romper com esse baixo dinamismo econômico é objetivo do IFSC - Campus Urupema.

No caso da execução do presente projeto, apesar das metas alcançadas, há ainda um longo caminho a percorrer, sobretudo no que se refere ao empoderamento dos atores sociais envolvidos e a capacidade de caminhar por suas próprias pernas, quando se trata de empreendimentos econômicos para enfrentar seus problemas gerando soluções de forma mais autônoma e cooperada.

## **Considerações finais**

Compreender o atual contexto da sociedade implica em uma revisão da formação econômica mundial e a constituição do modo de produção capitalista como modelo hegemônico de produção e circulação de mercadorias.

Embora seja inegável o avanço da ciência e da tecnologia no que se referem ao progresso material da sociedade, inegáveis são também os efeitos colaterais desse processo, sobretudo quando se analisam os aspectos sociais e ambientais que apontam os limites de esgotamento de um sistema econômico pautado unicamente pela racionalidade utilitarista, lógica produtivista, instrumental e acumulação infinita e privada de lucros a qualquer custo.

Os limites desse esgotamento emergem em todas as atividades econômicas da humanidade, inclusive na agricultura, escopo do presente trabalho. A formatação dos Complexos Agroindustriais Brasileiros, comumente denominados de agronegócio, embora apresentem taxas excepcionais de competitividade, produtividade e eficiência, escondem aspectos perversos de suas externalidades que necessitam ser contextualizados sob distintas dimensões além da esfera economicista.

Contextualizar a análise da agricultura (no Brasil e no mundo) significa observar os impactos sociais causados pela subremuneração dos trabalhadores do campo, a dependência de agricultores de sistemas integrados ou mesmo a impossibilidade dos pequenos agricultores se inserirem de forma viável nos sistemas agroalimentares, o que em última instância significa a continuidade do êxodo rural e o inchaço das cidades de forma desordenada. Significa refletir sobre os terríveis impactos ambientais causados pela utilização intensiva de tecnologia importada e não adaptada às condições dos biomas, que degrada e desequilibra o meio e envenena os alimentos da população.

Diante disso, novas possibilidades emergem para a organização da produção agropecuária no Brasil, sobretudo de pequenos agricultores ou agricultores familiares, de modo diverso ao proposto pelo agronegócio. Isso, baseado nas singularidades do modo de camponês e familiar de se fazer agricultura. Tais singularidades (soma de aspectos culturais, históricos, e socioambientais e econômicos) sustentam as iniciativas que caminham no sentido do Desenvolvimento Territorial Sustentável e da Economia Solidária, tendo aspectos da ação coletiva e do empreendedorismo ressignificados para os empreendimentos coletivos.

Na perspectiva teórica, o desenvolvimento de empreendimentos econômicos sob uma perspectiva diferente do modelo hegemônico

capitalista é uma alternativa bastante factível, entretanto, na prática, a constituição efetiva dessas experiências encontra dificuldade em adaptar sua cultura ao *modus operandi* solidário.

A título de caracterização de estudo empírico, foi apresentado o relato de experiência da Cooperativa Agropecuária de Urupema - COOPEMA, fundada e fomentada com a assessoria do Campus Urupema do Instituto Federal de Santa Catarina mediante projeto de extensão. Foi destacado o perfil dos cooperados e os principais limites e desafios do empreendimento. Por meio de sua análise destacamos o potencial embrionário contido na organização dos agricultores em Urupema-SC. Esse potencial se expressa principalmente nos aspectos produtivos e ecológicos, onde se destacam: a relativa baixa dependência energética e produtiva e, por outro lado, a lógica patrimonial da relação dos agricultores com a propriedade, o que imprime atributos importantes no sentido da conservação da diversidade biológica e cultural. Dentro do processo organizativo, um objetivo importante foi alcançado - a formalização da pessoa jurídica em nome coletivo, mas há ainda uma série de desafios a serem transpostos, sobretudo os que se referem ao empoderamento dos cooperados, a capacidade de trabalhar em grupo por meio da cooperação e ao desenvolvimento do comportamento empreendedor ressignificado aos pressupostos da economia solidária.

Deste modo, foram definidas prioridades de ação no sentido da capacitação dos cooperados, da autoformação no sentido da gestão e do estabelecimento de arranjos participativos de tomada de decisão onde é realizado o Planejamento Estratégico da COOPEMA. Vale destacar que durante o trabalho de extensão diversos membros da cooperativa realizaram o curso de Formação Inicial e Continuada de Associativismo e Cooperativismo ofertado pelo IFSC, representando uma vez mais a indissociabilidade entre o ensino e a extensão.

Novos estudos e ações extensionistas necessitam ser desenvolvidos de forma conjunta com os atores sociais do território, tendo em vista a superação de limites impostos pelo perfil dos cooperados e visando constituir um empreendimento coletivo bem sucedido.

Nesse sentido, destaca-se o papel da universidade e das instituições de ensino técnico com a realização da extensão universitária e tecnológica, objetivando contribuir para o desenvolvimento social local - papel que as Instituições Públicas de Educação devem desempenhar tendo em vista o fomento de novas formas de construção do conhecimento, conjuntamente com uma formação acadêmica mais completa, crítica e atuante na sociedade.

A experiência de articulação dos agricultores familiares de Urupema com entidades de ensino técnico e de extensão rural demonstra a

emergência do potencial endógeno local contido no conjunto de atores sociais e institucionais presentes na região, ao mesmo tempo em que ajuda a revelar os maiores desafios para o fortalecimento das capacidades locais no sentido territorial do desenvolvimento.

## Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992
- \_\_\_\_\_. *O admirável mundo novo de Alexander Chayanov*. Estudos Avançados, v.12, n. 32, p. 69-74, 1998.
- \_\_\_\_\_. *O futuro das regiões rurais*. Editora da Universidade Federal do Riogrande do Sul. UFRGS Porto Alegre. 2003
- ALVES, F. C. *Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será este um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial brasileiro?* In: NOVAES, R. e ALVES, F. (Orgs). *Migrantes*. São Carlos, SP: EDUFSCAR, 2007.
- CAZELLA A. A abordagem territorial e as políticas de Desenvolvimento Rural. In: *Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Florianópolis. (s.n.),2005.
- GUIMARÃES, V. N.; PICCININI, V. C., *Estratégias de sobrevivência das organizações e dos trabalhadores: implicações sobre as relações de trabalho (estudo interdisciplinar e interinstitucional nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul*. Florianópolis: Fevereiro, 2002.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 12 ed.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística < <http://www.cidades.ibge.gov.br> > Acesso em 12 de jun. 2012.
- LONG, N. *Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor*. México: Colsan. Ciesas, 2006
- MAXIMIANO, A. C. A. *Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios*. São Paulo: Person Prentice Hall, 2006.
- MAZOYER, Marcel. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2010.

- Ministério do Desenvolvimento Agrário <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)> Acesso em 12 de jun. 2012.
- MOTTA, F. C. P. *Administração e participação: reflexões para a educação*. Educ. Pesqui., jul./dic. 2003, vol.29, no.2, p.369-373. ISSN 1517-9702.
- PLOEG, V. J. D. *Camponeses e impérios alimentares: Lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Série estudos rurais. Editora UFRGS. Porto Alegre, 2008.
- PORTO-GONÇALVES. A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST. Geografias. UFMG ISSN (online): Belo Horizonte 01(1) 7-25 julho-dezembro de 2005 disponível em: <<<http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/geografias/article/view/57/39>> Acesso em Abril de 2010.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.Ç REGO, J. M. (Orgs.) *O pensamento de Ignácio Rangel*. Editora 34, 1981.
- SABOURIN E. *Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Garamond. Rio de Janeiro. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Camponeses do sertão: mutação das agriculturas familiares no nordeste do Brasil*. Brasília: Embrapa-Cirad, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Reciprocidad y intercambio en comunidades campesinas del Nordeste: Massaroca (Bahía, Brasil) (2004)*
- Disponível em <<[http://afm.cirad.fr/documents/3\\_Organisations/CD\\_AFM/textes/318.pdf](http://afm.cirad.fr/documents/3_Organisations/CD_AFM/textes/318.pdf)>.
- SCHNEIDER, S. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de investigação. In. GRAMMONTt, H.C., MARTINEZ VALLE, Luciano. *La pluriactividad en el Campo latinoamericano*. Quito, Ed. Flacso, Série Foro.v.1. p.132-161, 2009.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SEVILLA-GUZMÁN, E.; MOLINA, M. G. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Trad. GUTERES, E.; CARVALHO, H. M. 3 ed., São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SINGER, P. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003. 2 ed.
- TIRIBA, L. *Trabalho, educação e autogestão: perspectivas frente à crise do emprego*. In: III Seminário Internacional Universidade, Trabalho e Trabalhadores. Promovido pela Unitrabalho e NESTH - Núcleo de Estudos sobre Subjetividade e Trabalho Humano/ FAFICH-UFMG. Belo Horizonte, 10 a 14 de junho de 2002.

- TONNEAU, J.P.; VIEIRA, P.F. Que diretrizes de pesquisas para o desenvolvimento territorial sustentável no Brasil? In: *Revista Eísforia*, ano 4, volume 4, n. especial. Florianópolis: UFSC.2006.
- VIEIRA, P.F. Políticas ambientais no Brasil: do preservacionismo ao desenvolvimento territorial sustentável. In: *Política e Sociedade*. Revista de Sociologia Política UFSC. No 14. Abril de 2009. p. 27-75.
- VITCEL, M. S. et al. Contribuições da economia solidária para o desenvolvimento regional sustentável: o caso da incubadora Itecsol da Unijuí. *Desenvolvimento em questão*. Editora Unijuí, ano 8, n. 16, jul;dez, 2010.